



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 92, DE 2012

(Do Sr. Rubens Bueno)

Propõe que o Tribunal de Contas da União - TCU fiscalize contratos e congêneres, bem como seus termos aditivos, firmados pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, referentes à construção da Ferrovia Norte-Sul.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PFC-36/2011.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60, inciso II, e 61 do Regimento Interno, proponho a V. Ex. que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle em todos os contratos, projetos de engenharia, obras e repasses de recursos ou quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis firmados pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, bem como os termos aditivos deles decorrentes, referentes à construção da Ferrovia Norte-Sul.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal Folha de S. Paulo publicou neste domingo, 15 de julho, denúncias sobre desvio de recursos públicos nas obras de Ferrovia Norte-sul. Laudos periciais obtidos pelo jornal apontam indícios de que houve conluio entre as construtoras encarregadas da obra, cobrança de propina e um sobrepreço de mais de R\$ 100 milhões no trecho da ferrovia que cruza Goiás. Os documentos demonstram o motivo da prisão do ex-presidente da Valec, José Francisco das Neves – o Juquinha -, estatal responsável pela ferrovia, a ser preso no dia 5 de julho.

Os bens do Sr. Juquinha e os de seus familiares foram seqüestrados por decisão da 11ª Vara Federal de Goiânia, inclusive aqueles comprados antes de supostos desvios na Norte-Sul e adquiridos de forma legal. O montante é cerca de R\$ 60 milhões. Esse patrimônio será utilizado para ressarcir o erário em uma eventual condenação por desvio de recursos públicos.

Segundo a reportagem: “Os peritos da PF analisaram o trecho da Norte-Sul entre Palmas (TO) e Anápolis (GO), contratado por R\$ 622 milhões. Comparando os preços das construtoras e os do mercado, acharam diferença superior a R\$ 100 milhões. No lote 2, um trecho de 52 km entre Ouro Verde de Goiás e Pátio de Jaraguá, a polícia encontrou sobrepreço de R\$ 25,5 milhões --20%. A concorrência foi vencida pela Camargo Corrêa, mas a empreiteira deixou a obra. Ela foi entregue à Constran em 2009, mas o contrato venceu e a obra está parada. No lote 3, com 71 km entre Pátio de Jaraguá e Pátio de Santa Isabel, a PF apontou sobrepreço de R\$ 22 milhões, ou 13,5%. A obra foi concluída pela Andrade Gutierrez. Nos 105 km entre Pátio de Santa Isabel e Pátio de Uruaçu, o lote

4, o sobrepreço apontado foi de R\$ 48,5 milhões --ou 25% a mais. A Constran também abandonou o lote, entregue em 2009 à SPA Engenharia. O contrato venceu, e a obra parou”.

Um dos motivos para o superfaturamento, segundo a análise da PF, foi o conluio entre as empresas. O laudo observa que 17 empreiteiras se interessaram, mas só 7 ficaram na disputa, exatamente o número de lotes.

Somente o fato de se verificar esses monumentais valores de sobrepreço já justificaria a presente Proposta de Fiscalização e Controle – PFC. Acrescente-se a isso o fato de que quem respondia pela presidência da Valec era o Sr. Juquinha, preso em 5 de julho de 2012, e que teve seus bens seqüestrados para futuro ressarcimento dos cofres da União.

Portanto, com o objetivo é apurar os fatos acima relatados e dirimir essas e outras dúvidas acerca dos contratos da Norte-Sul, solicito a esta Comissão de Fiscalização e Controle que aprove a presente PFC.

Sala das Comissões, em 17 de julho de 2012.

Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR

FIM DO DOCUMENTO
